

A expansão do Estado Islâmico no Iraque e na Síria

The expansion of the Islamic State in Iraq and Syria

Carolina Cristina Cordeiro Fernandino*

Resumo

O Iraque e a Síria estão marcados por conflitos sectários e instabilidade política. Isso contribui para o surgimento de grupos insurgentes que almejam derrubar os atuais regimes. O Estado Islâmico é o que mais se destaca por possuir objetivos ambiciosos, como o de consolidar um califado. A partir disso, este artigo irá tratar da expansão do Estado Islâmico no Iraque e na Síria e como sua presença afeta ambos os países. Portanto, objetiva-se analisar as características e objetivos do grupo para entender como ele se apresenta como uma ameaça às soberanias iraquiana e síria.

Palavras-chave: Conflito. Califado. Soberania. Sectarismo.

Abstract

Iraq and Syria are marked by sectarian conflicts and political instability. These contribute to the emergence of insurgent groups that aims to usurp the current regimes. The Islamic State is what most stands out for having ambitious goals, such as the consolidation of a caliphate. From this, this article will deal with the expansion of the Islamic State in Iraq and Syria and how its presence affects both countries. Therefore, the objective is to analyze the characteristics and the group goals to understand how it is presented as a threat to Iraqi and Syrian sovereignty.

Keywords: Conflict. Caliphate. Sovereignty. Sectarianism.

* Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2016. E-mail: carolinafernandino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em meados de 2006, o grupo conhecido como *al-Qaeda* no Iraque, que na época era uma ramificação da *al-Qaeda* no país, mudou de nome para Estado Islâmico no Iraque (EII). Esta alteração de nome reflete uma mudança de objetivos políticos defendidos pelo grupo, sendo que, o principal deles é o estabelecimento de um Estado onde se situa o Iraque e uma posterior expansão territorial a fim de constituir um califado¹. Na época, tal pretensão foi ignorada, mas com a saída das forças americanas do Iraque em 2011, o EII ganhou forças para realizar seu objetivo de anos atrás. Somente em 2013 o grupo conseguiu atenção internacional, quando anunciou sua expansão para a Síria, renomeando-se Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL). Em 2014, o grupo se fortaleceu com novos recursos e recrutas, o que possibilitou a conquista da maior parte dos territórios sunitas no Iraque. A situação se tornou mais preocupante quando o EIIL se proclamou um califado, ou império islâmico global, reforçando sua ideia de expansão territorial. Sendo assim, o grupo altera seu nome mais uma vez e passa a ser conhecido apenas como Estado Islâmico (EI) (BUNZEL, 2015).

Tendo como objeto de estudo o EI, este artigo visa demonstrar como a presença do grupo afeta o Iraque e a Síria, um dos países mais acometidos pela sua presença atualmente. Para tanto, objetiva-se analisar as características e objetivos do grupo para entender como ele se apresenta como uma ameaça às soberanias² iraquiana e síria. Além do mais, estipula-se que o EI atua no Iraque e na Síria como um *partisan*, por isso a teoria do *Partisan* de Carl Schmitt ajudará estabelecer conexões com o objeto de estudo proposto e suas ações. Este é um tema de extrema importância para as Relações Internacio-

1. Um único Estado Islâmico baseado na lei Sharia e cujo líder é chamado de califa.

2. Segundo Krasner, existem quatro tipos de soberania em seu uso contemporâneo: soberania de interdependência, soberania interna, soberania westfaliana e soberania legal internacional. A primeira, soberania de interdependência, refere-se à capacidade dos Estados de controlar o movimento transnacional através de suas fronteiras. Já o segundo significado de soberania, diz respeito às estruturas de autoridade dentro dos Estados e suas capacidades de regulação efetiva do comportamento. A terceira concepção de soberania, por sua vez, está relacionada à exclusão de forças externas de autoridade dentro do Estado, uma vez que dentro de seus próprios limites o Estado tem monopólio de tomada de decisões autorizadas. Por fim, a soberania em nível internacional, significa que os Estados seguem a regra da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, noção associada com a Paz de Vestefália. (KRASNER, 2000). Para aprofundar mais sobre o assunto, recomenda-se a leitura do artigo “La Soberanía Perdurable” de Stephen D. Krasner.

nais, pois apresenta um problema que os Estados soberanos enfrentam. Não só a Síria e o Iraque, que serão os países analisados por este trabalho, mas diversos outros países são ameaçados pelo grupo, seja através de sua expansão territorial, seja pelos ataques terroristas que o grupo pratica, inclusive em países ocidentais.

Para alcançar os objetivos deste artigo, que é analisar as características do EI e suas motivações para entender como a sua atuação no Iraque e na Síria afeta a soberania destes dois países, este artigo será dividido em três partes. A primeira parte será sobre a teoria do *Partisan* de Carl Schmitt, que explanará sobre as principais características do *partisan*. Em seguida, a segunda parte discorrerá sobre Islamismo Político, Salafismo e Wahabismo, que são interpretações específicas do Islã que o EI se fundamenta, sendo importante para entender o que motiva as ações do grupo, ou seja, sua ideologia. Na segunda parte também explicará sobre o objetivo principal do EI, que é a constituição de um califado. Finalmente, a última seção fará uma análise comparada da atuação do EI no Iraque e na Síria à luz da teoria de Carl Schmitt, e como sua presença nos dois países questiona a noção de soberania.

Carl Schmitt e a Teoria do *Partisan*

Este artigo analisará as ações do EI a partir da teoria do *Partisan* de Carl Schmitt. Desse modo, esta seção será responsável por elucidar sobre essa teoria. Segundo ela, o *partisan* é uma figura marginal que luta de maneira irregular, diferente do modo que se luta em uma guerra convencional contra um exército regular³. Sendo assim, o seu alvo real é o soldado em uniforme. Acresce que o *partisan* é adepto do terror e do contra terror, até à aniquilação e, geralmente, é possível encontrá-los em guerras civis e guerras coloniais. Uma segunda característica do *partisan* é o seu componente político, aspecto que o distingue de outros criminosos comuns. Ademais, a própria palavra *partisan* é originária de *Partei*, que significa partido, que se refere à relação com algum tipo de luta, de guerra ou grupo politicamente ativo. Nesse sentido, é importante ressaltar que o *partisan* armado sempre possui uma relação dependente com uma organização/poder regular. Um exemplo disso seria a colaboração das tropas regulares com as tropas irregulares em defesa contra um conquistador estrangeiro, mesmo em casos em que o governo não possui aspectos revo-

3. O combatente regular é o soldado convencional (SCHMITT, 1962).

lucionários. Outra particularidade do *partisan* é a alta mobilidade do combate ativo, uma vez que qualquer indivíduo autoconsciente pode lutar por conta própria, assumindo o próprio risco. Isso acontece quando há uma identificação com a agressividade absoluta de uma ideologia revolucionária mundial ou de uma ideologia tecnológica. O quarto aspecto do *partisan* é a sua característica telúrica, essencial para sua defesa. (SCHMITT, 1962). Na teoria do *partisan*, designar quem é o inimigo é questão fundamental, pois, segundo Schmitt, a distinção entre amigo e inimigo é critério elementar do político, sendo necessária para qualquer relação tornar-se política (LIMA, 2011). Acresce que uma declaração de guerra é sempre uma declaração de inimizade e, para o *partisan*, o inimigo é sempre real e não absoluto, devido ao seu caráter político. De acordo com a sua característica telúrica, é possível dizer que o *partisan* defende um pedaço de terra pelo qual ele possui uma ligação autóctone, apesar de sua alta mobilidade (SCHMITT, 1962).

De acordo com Carl Schmitt, a essência da política está na distinção de quem é amigo e quem é inimigo⁴, critério crucial para que uma relação se torne política. Para ele, esta relação política se difere de outros tipos de relação de inimizade, pois, quanto mais extrema for, mais política é.

[O termo político] não designa um domínio de atividade próprio, mas apenas o grau de intensidade de uma associação ou de uma dissociação de pessoas. [...] O que interessa é o caso de conflito. Se as forças antagonicas econômicas, culturais ou religiosas forem tão fortes a ponto de definirem, por si mesmas, a decisão sobre o caso crítico, elas terão se convertido na nova substância da unidade política (SCHMITT, 2002, p.38-39, apud LIMA, 2011, p. 165-166).

Esta relação também é ilimitada, ou seja, qualquer relação social pode se tornar política, desde que seja intensa e extrema o bastante, uma vez que tal antagonismo não é normativo e sim existencial. Ademais, o autor afirma que também há a necessidade de distinguir guerra e paz. A guerra é uma situação limite advinda da inimizade, sendo ela uma possibilidade real, devido à essência do conceito de inimigo. Sendo assim, ele rejeita as ideias contratualistas⁵ que, ao pressupor uma realidade pré-estatal/social, reduzem o

4. Mas esta relação não é necessariamente uma relação de inimizade (SCHMITT, 1962).

5. Os três principais pensadores contratualistas foram Hobbes, Locke e Rousseau. Ambos afirmam que o Estado origina-se do contrato social, que é essencial para a formação de uma sociedade, pois estabelece os critérios da existência social.

público ao privado. Segundo ele, o Estado é tão-somente um recente *status* político de organização de um povo, ou seja, apenas uma expressão do que é uma unidade política, sendo que, mesmo antes disso já havia política (SCHMITT, 2002, apud LIMA, 2011). Ele vai contra as teorias contratualistas, como a de Hobbes, por exemplo, porque elas consideram a política apenas quando há o contrato social. Para Hobbes, ao cessar o contrato social, o momento deixa de ser político e passa a ser o estado de natureza, ou seja, guerra de todos contra todos. Porém, para Schmitt, a violência não interrompe a política, pois é inerente a ela, devido ao antagonismo amigo e inimigo. Além do mais, o *partisan* é o inimigo interno do Estado, aquele que busca sua justiça na inimizade à medida que se sentem despojados de justiça (SCHMITT, 1962).

O Estado Islâmico

Esta seção se encarregará de explicar quais são as características do EI, bem como seus objetivos e devido a isso ela será dividida em três subtópicos. O primeiro, sobre suas características, elucidará sobre o Islamismo Político, Salafismo e Wahabismo, que inspiram ideologicamente o grupo. O segundo e o terceiro serão sobre seu principal objetivo, que é o estabelecimento de um califado. Uma vez que este artigo coloca as ações do EI na Síria e no Iraque como as de um *Partisan* sob os moldes de Carl Schmitt, explicar suas características e objetivo é de suma importância. Devido a isso, entender o que é o Islamismo e como o grupo se inspira nele se faz necessário para analisar suas ações e como elas interferem no Iraque e na Síria. Neste sentido, é preciso destacar que existem várias leituras ideológicas sobre Islamismo, sendo que a ideologia em que o grupo se inspira é apenas uma variação bem particular e minoritária de Islamismo e é esta leitura que este artigo se ocupará em explicar mais precisamente. O EI é um grupo sunita⁶ e é adepto do jihadismo salafista na perspectiva wahhabita, como será explicado logo em seguida.

6. Os sunitas e os xiitas são duas interpretações diferentes da religião muçulmana. A ruptura entre os dois segmentos se deu quando Maomé morreu. De acordo com os sunitas, Maomé não disse quem deveria ser o seu sucessor – ou seja, o califa –, ao contrário dos xiitas, que acreditavam que o sucessor seria o primo de Maomé, esposo de sua filha Fátima. Em síntese, os sunitas acreditam que a Revelação acabou com a morte de Maomé, sendo que agora em diante seria preciso viver de acordo com o Alcorão. Os xiitas também concordam que a Revelação acabou com a morte de Maomé, porém, apenas seguir o Alcorão não é suficiente, sendo preciso a figura dos imãs, que são uma espécie de guia espiritual, representante de Deus na Terra (KAMEL, 2007).

Islamismo político: salafismo e wahabismo

O Islamismo é uma forma moderna e específica de interpretar o Islã. As recém-formadas monarquias autocráticas nos países árabes das décadas de 50 e 60 contribuíram para dar maior visibilidade ao Islamismo Político⁷. Isso decorreu ao fato de que as monarquias autocráticas não cumpriam as demandas populares por justiça sociais. Neste sentido, o Islamismo Político ganhou maior notoriedade como forma de suprir tais demandas e ser um precursor da sociedade civil árabe (HOURANI, 2005). Sendo assim, grupos como a Irmandade Muçulmana no Egito, Síria e Jordânia, o Hamas na Palestina e a *al-Qaeda* - grupo panárabe jihadista -, foram surgindo para preencher tais demandas sociais. No final do século XX, eles foram ganhando força de expressão, pois passaram a influenciar até mesmo na criação de agendas a nível nacional, regional e global (KEPEL, 2003). O EI também é um exemplo de Islamismo, pois luta contra os atuais governos do Iraque e da Síria, que segundo o grupo são repressores (LAKITSCH, 2014).

O Jihadismo salafista⁸ é uma escola de pensamento do Islamismo da qual o EI pertence, sendo um movimento ideológico, ou seja, uma forma de interpretar o Islã dentro do próprio sunismo. Ele possui uma leitura rígida dos textos islâmicos, que se fundamenta na ideia de *shirk* e *tawhid*, que é a eliminação da idolatria e a afirmação de que existe apenas um Deus, sendo que seus seguidores são os únicos verdadeiros muçulmanos. Seguindo essa lógica, os xiitas são acusados de idolatria ao dar muita relevância para a família do profeta Maomé. Os que compactuam com regimes democráticos também são infiéis, na medida em que são laicos⁹. O *jihad* wahabita¹⁰, originário da Península Arábica, surgiu do salafismo. Ele compartilha com o salafismo a crença de que se deve eliminar do *shirk* e defender da ideia de *tawhid* (BUNZEL, 2015). Bunzel afirma em seu livro que alguns seguidores do wahabismo destroem

7. Alguns autores usam Islamismo e outros empregam Islã Político para falar do mesmo fenômeno: uma visão da política ancorada nos princípios Islâmicos.

8. O termo salafista significa “ancestrais veneráveis”, aqueles que todos os seguidores devem se inspirar (BUNZEL, 2015).

9. Que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa.

10. De acordo com o wahabismo, o jihad é um tipo especial e específico de estado de guerra, que pode ser declarado apenas por um líder religioso, cujo propósito é a defesa da comunidade muçulmana da agressão. É necessário estar aberto para tréguas entre os inimigos, dado que o principal objetivo do jihad é a conversão ao Islã ou submissão formal aos muçulmanos e não a aniquilação propriamente dita (DELONG-BAS, 2004).

santuários e túmulos e pregam limpar os xiitas do Islã – que, para eles são hereges -, dentre outras ações. Um exemplo disso foi em 2004, quando Zarqawi¹¹, a fim de fomentar uma guerra civil no Iraque, elaborou uma estratégia contra a comunidade xiita do Iraque. Em uma carta a *al-Qaeda*, Zarqawi ofendeu a teologia e a política dos xiitas. De acordo com ele, a dinastia Safavid – entre os séculos 16 e 17 -, que converteu o Irã ao xiismo, foi um golpe pelas costas dos sunitas. Então, em 2003, com a invasão americana no Iraque, Zarqawi acreditava que os xiitas cooperariam com os americanos, por isso que para ele seria necessário atacar os xiitas e reunir jihadistas sunitas no Iraque com o intuito de desencadear uma guerra civil (BUNZEL, 2015).

A partir disso se percebe algumas características de *partisan* do EI. Seu componente político que o distingue de um criminoso comum é identificado ao estabelecer os xiitas como inimigos, assim como ao alegar que eles cooperam com americanos, que também são inimigos do EI. Nesse caso, os americanos seriam um conquistador estrangeiro no qual o grupo precisaria se defender. Ao incitar uma guerra civil no Iraque, nota-se que o grupo atua de maneira irregular, assim como o *partisan*. Ademais, Carl Schmitt define guerra civil como uma guerra que possui um levante armado que foi reprimido por um estado de exceção decretado pelo soberano¹² e reprimido pelas tropas do exército regular. Acrescenta que para ele, uma declaração de guerra é sempre uma declaração de inimizade – algo inerente da política -, incluindo a guerra civil (SCHMITT, 1962). Sua alta mobilidade em combate ativo está relacionada à possibilidade de indivíduos se identificarem com a ideologia do grupo.

Das demandas sociais ao califado

Na Síria, a população sunita corresponde 60% do total da população, mas, mesmo sendo maioria em número, a população é marginalizada pelo atual governo que é alauita¹³ (AYOOB, 2013).

11. Jordanião que assumiu a liderança do EI quando o grupo ainda era um ramo da *al-Qaeda* no Iraque.

12. Para Schmitt, o soberano é aquele que decreta estado de exceção, que é quando suspende a normalidade, assim como a decisão de quem deve ou não morrer. “Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção’ [...], o jurista tedesco associa a situação excepcional à soberania como aquela figura que dá a ordem no caso extremo, sem restrições nem lei ao ficar fora-da-lei para assegurá-la. [...]” (SCHMITT, 2004, apud LIMA, 2011, p. 169).

13. Grupo étnico-religioso que se considera xiita.

Alguns sunitas mais radicais consideram os alauitas infiéis e isso faz com que a população alauita na Síria apoie o governo Assad como forma de se sentir protegida dos sunitas. Se o governo Assad cair, há a probabilidade de uma possível perseguição aos alauitas. Esse desentendimento entre sunitas e alauitas vem de longa data. Em 1982, por exemplo, o massacre de Hama matou 10 mil sunitas por tropas sírias e a maioria eram civis. Na época, o presidente da Síria era Hafez al-Assad, pai do atual governante sírio, Bashar al-Assad (FUJII, 2015). Neste sentido, o atual governo sírio também é um inimigo do EI que, como ressaltado anteriormente, é um grupo sunita wahabita. Já o atual governo iraquiano é inimigo do EI principalmente porque em 2003, com a invasão americana no Iraque, Saddam Hussein caiu e o Iraque passou a ser o primeiro país de população árabe a ter um governo majoritariamente xiita¹⁴ com a ascensão de Nouri al-Maliki. O ditador Saddam Hussein governou o Iraque entre 1979-2003 e era sunita, apesar de ter sido percussor do secularismo¹⁵ (FUJII, 2015).

Como já citado anteriormente, ao aplicar essa lógica da teoria do *partisan* ao EI, assume-se que o grupo adquire as características de *partisan* ao se sentirem despojados de justiça no Iraque e na Síria – raízes para as demandas sociais por um califado - e lutarem em uma frente política. A consequência disso é que o grupo atua contra os atuais regimes de ambos os países, lembrando que, para Schmitt, a violência não encerra a política, pois é inerente dela. Como grupo sunita wahabita, apresenta-se como defensor da comunidade sunita e oferece como novo ordenamento social o estabelecimento de um califado. Mas, antes de aprofundar na atuação do grupo contra os regimes iraquiano e sírio e seu objetivo de constituir um califado, é preciso aprofundar sobre a relação amizade-inimizade do EI, que lhe confere seu componente político de *partisan*, bem como o almejo de encontrar a justiça na inimizade, como na ideia de Schmitt. Para o EI, os muçulmanos devem se relacionar somente com quem for verdadeiramente muçulmano. Também pregam a necessidade de governar de acordo com a *Sharia*¹⁶, caso contrário, seria

14. O Irã é majoritariamente xiita, mas, ao contrário do Iraque que possui maioria da população árabe, sua população é de maioria persa.

15. Governantes que são a favor da separação da instituição política da religiosa.

16. A Sharia é o sistema normativo do mundo muçulmano, que possui suas leis baseadas no Alcorão. Para eles, ela é uma forma dos humanos entenderem o divino, pois é o que eles supõem ser o certo e o errado (SPARR, 2014).

descrença. Além do mais, agir contra o EI é o mesmo que abandono da fé, sendo que todos os muçulmanos xiitas são dignos de morte, por serem considerados apóstatas. Acresce que ele defende que suas práticas se baseiam em um “*jihad* defensivo”, na medida em que acreditam que o Oriente Médio está sendo atacado por governantes seculares e cruzados ocidentais (BUNZEL, 2015).

Segundo o atual líder do EI, al-Baghdadi, “os governantes das terras muçulmanas são traidores, descrentes, pecadores, mentirosos, enganadores, e criminosos. [...] [Nós acreditamos que] combatê-los é de maior necessidade do que lutar contra os cruzados” (BAGHDADI, 2007 apud BUNZEL, 2015, p. 10, tradução nossa)¹⁷. Neste sentido, Bunzel completa que o “*jihad* ofensivo” do EI é majoritariamente em direção às regiões xiitas, tais como a República Islâmica do Irã, o Hezbollah, no Líbano e o regime Assad, na Síria. Então, para o grupo, o principal inimigo são os governantes xiitas, justificativa de seu *jihad* ofensivo. O EI acredita que o Irã almeja transformar o Iraque em um Estado xiita, tendo os Estados Unidos como cúmplices deste plano, o que justifica um *jihad* defensivo. Essa afirmativa se dá pelo fato de que o Iraque passa por um processo de xiitização, pois anteriormente o país possuía maioria sunita, mas agora possui maioria xiita. Essa transição de sunismo para xiismo no Iraque começou há 70-50 anos atrás, sendo que, para o EI, os jihadistas que compactuam com isso estão errados. Antes disso, o país era Wahhabita no sentido de que mantinha a herança salafista, mas deixou de ser com esse processo de xiitização (BUNZEL, 2015).

Assim, o EI, como um grupo que luta de maneira irregular segundo a teoria do *partisan*, apresenta-se como inimigo para o governo sírio e iraquiano. Para Schmitt, “[...] o político não reside no conflito em si, [...] [mas sim] em um comportamento determinado por essa possibilidade real, na clara compreensão da própria situação assim determinada e na incumbência de distinguir entre amigos e inimigos” (SCHMITT, 2002a, p.37 apud LIMA, 2011, p. 169). Schmitt também afirma que o *partisan* tem consciência de que o seu inimigo o considera incivil, fora da lei. Porém, o *partisan* também classifica os seus inimigos como criminosos que honram uma ideologia fraudulenta (SCHMITT, 1962). Do ponto de vista do EI,

17. The rulers of Muslim lands are traitors, un-believers, sinners, liars, deceivers, and criminals. [...] [We believe that] fighting them is of greater necessity than fighting the occupying crusader.

a possibilidade real de conflito se pauta na ameaçadora expansão de seus inimigos, os xiitas, os governos seculares e o Ocidente. Tal afirmação é confirmada pela fala de Zarqawi:

‘Suas aspirações [xiitas] estão se expandindo a cada dia para criar um Estado xiita que se estende do Irã até o Iraque e Síria e Líbano’. [...] Embora ‘as forças dos Cruzados vão desaparecer de vista amanhã ou depois’, os xiitas permanecerão ‘o próximo, perigoso inimigo dos sunitas... O perigo do xiismo... é maior e seu dano pior e mais destrutivo à nação [islâmica] do que os americanos (ZARQAWI apud BUNZEL, 2015, p.14, tradução nossa¹⁸).

O califado como solução

Schmitt compartilha a ideia de Carl Von Clausewitz de que a guerra é uma extensão da política. Ela, de modo algum é um evento isolado, autônomo, dado que a única fonte da guerra é a política. Em consequência disso, é a política que definirá o caráter da guerra. O setor militar está subordinado à política, pois é ela que determina as principais linhas de ação. Assim, quanto mais ambiciosa for a política, mais ambiciosa é a guerra, o que pode fazê-la desencadear uma guerra absoluta. Embora Clausewitz afirme que nenhuma guerra é 100% absoluta, quanto mais o objetivo for vitória final, mais perto de ser absoluta ela é. Além disso, nesse tipo de guerra é necessário ter um propósito unificado e um esforço total (CLAUSEWITZ, 1832). Porém, Schmitt argumenta que, ao falar de guerra absoluta, Clausewitz ignora o fato de que os Estados possuem partidos políticos. Neste sentido, ao considerar o Estado como absoluto, o inimigo interno – o *partisan* – também passa a ser portador de inimizade absoluta. “[O] *partisan* não espera justiça nem misericórdia de seu inimigo. Ele se afastou do inimigo convencional de uma guerra contida e entregou a si mesmo a outro inimigo – o real – que se eleva através do terror e contra terror, até à aniquilação” (SCHMITT, 1962, p. 7, tradução nossa)¹⁹. Além do mais, ele não possui os mesmos privilégios de

18. Their [Shi'a] aspirations are expanding by the day to create a Shi'ite state extending from Iran across Iraq and Syria and Lebanon". [...] While "the Crusader forces will disappear from sight tomorrow or the day after," the Shi'a will remain "the proximate, dangerous enemy of the Sunnis...The danger from the Shi'a...is greater and their damage worse and more destructive to the [Islamic] nation than the Americans.

19. [The] partisan expects neither justice nor mercy from his enemy. He has turned away from the conventional enmity of the contained war and given himself up to an other—the real—enmity that rises through terror and counter-terror, up to annihilation.

um combatente normal uma vez que se insere como um criminoso que deve ser punido (SCHMITT, 1962).

Os jihadistas do EI possuem uma vantagem em relação aos seus adversários, pois lutam pela sua crença, por uma causa religiosa, sendo fundamental derrotar os infiéis, que são inimigos universais. Eles são destemidos e estão preparados para morrer em prol do objetivo maior do EI, que é mudar a realidade do mundo através da constituição de um califado. Em uma analogia à arca de Noé, acreditam que é melhor morrer pelo EI do que pelo dilúvio, pois creem que o dilúvio veio para limpar os infiéis (NURUZZAMAN, 2014). A partir disso fica claro que a guerra travada pelos jihadistas do EI possui um propósito unificado e seus jihadistas, prontos para o esforço total.

Esse esforço total pode ser observado pela expressividade de seu aparato militar, pois o grupo possui cerca de 30 000 combatentes, armas sofisticadas roubadas dos exércitos iraquiano e sírio. Acresce que o grupo já foi alvo de ataques aéreos dos Estados Unidos e ainda assim se mantém forte e vencendo batalhas no Iraque. Suas conquistas no país são de extrema eficiência, pois afetam negativamente a linha de abastecimento do exército iraquiano (SQUIRES; PETROCINE, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014). Segundo Schmitt, o *partisan* perturba a ordem na área em que ocupa de forma perigosa em razão de combater o seu inimigo pelas costas ao interromper seus suprimentos e também pelo fato de ser protegido em certa medida pela população local (SCHMITT, 1962).

O estabelecimento de um califado é uma obrigação, nas palavras de al-Baghdadi. Ele divide o mundo em dois grupos: muçulmano e não muçulmano e é necessário lutar nestes dois grupos. Os avanços territoriais no Iraque permitiram que o grupo se declarasse um Estado, mas não um Estado no sentido ocidental²⁰ e sim um califado – sistema político islâmico –, que não se enquadra nessa categoria. Sua proposta de califado consiste em uma única comunidade que agregaria todos os muçulmanos – *ummah* –, e que nesta comunidade seria compartilhado o mesmo sentimento de solidariedade – *assabiya* –, sob o governo de um califa. Todavia, o “califado” que o EI estabeleceu em 2014 está longe de possuir *ummah* e *assabiya* (NURUZZAMAN, 2014).

20. O Estado no sentido ocidental pressupõe quatro elementos básicos: território, população e soberania, além de respeitar o sistema westfaliano de Estados (1648), que consiste em “autonomia e soberania para um povo em um território fixo” (NURUZZAMAN, 2014).

Em 2003, no contexto da invasão americana no Iraque, o EI, na época EII, apresentou-se como um Estado para a população sunita. O fato da população curda ter estabelecido ao norte uma zona semiautônoma e as comunidades xiitas, ao meio e ao sul, um Estado federal, colaborou para isso. Esse foi considerado pelo grupo um “proto-califado” e o seu líder, Baghdadi, proclamou-se “califa-em-espera”. Para ele, este era o início para o que viria a ser um califado, seguindo o exemplo do califado fundado por Maomé, no ano de 622 (BUNZEL, 2015). O califa, como o líder, seria aquele que detém o poder soberano. Em junho de 2014, o grupo avançou para outras áreas do Iraque e conquistou a maioria dos territórios sunitas do país, inclusive a cidade do Mosul, assim como avançou para territórios sírios. Então, no meio de 2014 o grupo finalmente se declara um califado e passa a se autodenominar pelo nome de Estado Islâmico. Para eles, Abu Bakr al-Baghdadi, agora chamado de califa Ibrahim, tornou-se o primeiro califa muçulmano sunita. Ademais, o grupo anunciou que sua soberania iria se estender não apenas no Iraque e na Síria e sim no mundo inteiro (BUNZEL, 2015). A figura abaixo ilustra em quais territórios o EI almeja dominar para constituir o seu califado:

Figura 1 - Pretensões do Califado do Estado Islâmico



Fonte: O CALIFADO..., 2016.

Embora o grupo tenha se apresentado como uma solução para a população sunita, seu objetivo ambicioso de constituir um califado e os meios praticados para conquistá-lo fez com que passasse por uma crise de legitimidade política. O fato de al-Baghdadi induzir seus jihadistas a confrontarem outros grupos jihadistas contribuiu para isso. Quando o grupo era um ramo da *al-Qaeda*, Ayman al-Zawahiri²¹ condenava as táticas do EI por serem muito radicais. E quando o grupo se auto declarou califado, deixou de ser oficialmente parte da *al-Qaeda*. Todavia, Zawahiri não condenou a declaração de califado de Baghdadi. Além do mais, assumir-se como califado fez com que o EI perdesse algumas alianças que não o consideraram legítimo (AL JAZEERA, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014). O grupo também chegou a ser acusado de infringir a Lei Islâmica através da declaração de Baghdadi como califa (NURUZZAMAN, 2014). Mas o inverso também aconteceu, o EI ampliou sua rede de alianças e alguns aliados da *al-Qaeda* romperam com ela para afirmar ou reafirmar aliança com o novo califado. Como por exemplo, a *al-Qaeda* na Península Arábica, o grupo jihadista afegão Hezb-e-Islami, o egípcio Ansar Bayt al-Maqdis e o líbio Ansar al-Sharia (BERGER, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014).

A legitimidade política como obstáculo ao califado

Nuruzzaman argumenta que, apesar do EI promover serviços à população através de sua autoridade, a crise de legitimidade política é um grande problema prático para o grupo, principalmente no que diz respeito à estrutura política e seus processos. Além de que não se sabe se o grupo possui um arranjo administrativo e instituições políticas. O autor também afirma que o califado não cumpre as exigências do Estado westfaliano, no sentido de ser capaz de estabelecer “[...] áreas de tributação, administração de justiça, julgamento de litígios, e a criação de provisões de segurança para os oito milhões de pessoas que vivem no seu território, por vontade própria ou sob a força” (NURUZZAMAN, 2014, p. 72, tradução nossa²²). Porém, o grupo segue a lei *al-Hiraba*, que é uma lei muçulmana que fala sobre crime organizado e banditismo. Essa lei prega

21. Líder da *al-Qaeda* desde a morte de Bin Laden em 2011 até os dias atuais.

22. [...] areas of taxation, administration of justice, adjudication of disputes, and the creation of security provisions for the eight million people who live on its territory, willingly or under force.

“[...] punição severa contra os rebeldes que lutam contra o Estado ou conduz assalto à mão armada. A punição não é apenas matar, mas também crucificação e amputação” (DUKHAN; HAWAT, 2014, p. 52, tradução nossa²³). Assim, o grupo utiliza esta lei contra todos que se coloquem contra seus objetivos. Além do mais, eles filmam as execuções, crucificações e amputações e postam na Internet para servir de aviso e espalhar terror (DUKHAN; HAWAT, 2014).

A atuação do Estado Islâmico

Esta seção fará uma análise comparada do EI no Iraque e na Síria à luz da teoria de Carl Schmitt, e como esta atuação questiona a noção de soberania nos dois países. As atuações do EI em ambos os países é uma questão muito complexa. Além das questões políticas, o grupo também se destaca em termos econômicos, pois domina grande parte do petróleo no Iraque e na Síria. Além disso, estima-se que controla cerca de US \$ 2 bilhões em ativos (CNBC, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014). Em relação ao petróleo em seu poderio na Síria, avalia-se que só neste país o grupo consegue produzir cerca de 300.000 - 700.000 barris por dia, que vende no mercado negro para empresários iraquianos, libaneses e turcos por um preço muito mais baixo do que o proposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁴ (THE WALL STREET JOURNAL, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014). Já no Iraque, são sete campos de petróleo que produzem cerca de 80.000 barris por dia. Ao todo, com a venda dos barris da Síria e do Iraque, ele lucra por volta de US \$ 8,4 milhões por dia, sem contar que eles passaram a controlar silos de alimentos do governo iraquiano situados no norte e nordeste do país (PRESS TV, 2014, apud NURUZZAMAN, 2014).

Iraque

O atual governo xiita de Bagdá não possui todo o apoio popular, pois parte de sua população prefere um líder político sunita.

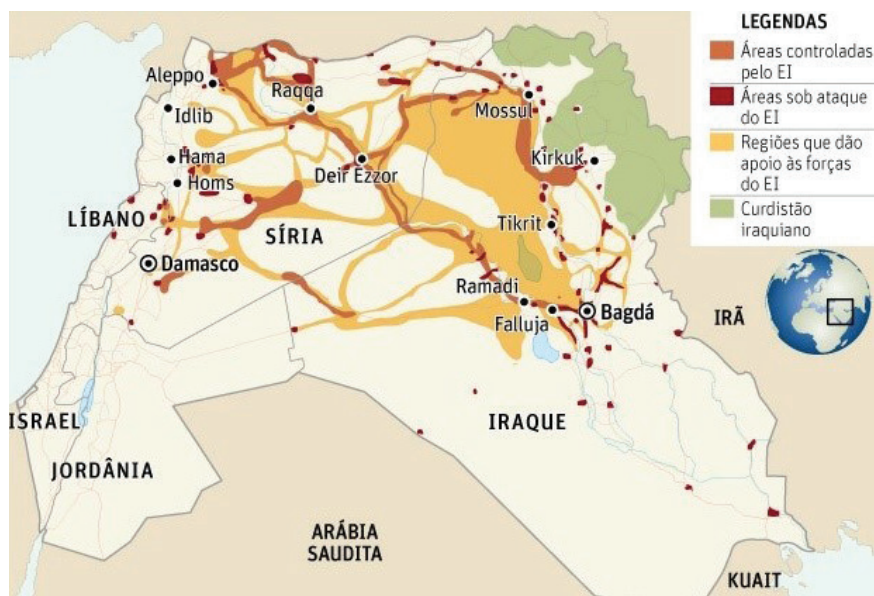
23. [...] harsh punishment against rebels who wage war against the state or conduct armed robbery. The punishment is not only killing, but also crucifixion and amputation.

24. A OPEP é uma organização intergovernamental fundada em Bagdá, Iraque entre os principais exportadores de petróleo do mundo. Seu objetivo é coordenar as políticas para produção e exportação de petróleo entre os países membros para garantir estabilidade nos preços dos barris de petróleo (ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2016).

Isso permite que insurgentes líderes de tribos, líderes religiosos, dentre outros ganhem influência cada vez mais direta na comunidade sunita, como é o caso do EI. Em 2014, ele vinha ganhando força no Iraque desde a saída do exército americano e, em 2011, conquistou a cidade de Mosul. Isso fez com que ele alçasse uma ofensiva para conquistar mais cidades, porém, o governo iraquiano passou a atacá-lo, assim como a população sunita que o apoia. Este contexto favoreceu o surgimento de novos insurgentes (ADNAN; REESE, 2014).

Desde a queda de Saddam Hussein, o atual governo iraquiano enfrenta oposição. Na época, o plano de Zarqawi era isolar Bagdá através do uso das bases do EI no Iraque para obstruir rotas de acesso aéreo e terrestre e canalizar armas, dinheiro, dentre outros. Esse plano foi chamado de cinturão de Bagdá, posto em ação a partir de 2006, quando ainda era vivo. No mesmo ano conquistaram a cidade de Falluja, parte de Anbar, Karma e Abu Ghraib. Mas, em 2007 os americanos recuperaram parte do território conquistado. (NAPOLEONI, 2013). Em 2014, já como “califado”, Baghdadi recupera o plano de Zarqawi e, em 2015, já controlam boa parte do Iraque e Síria, como mostra a figura abaixo:

Figura 2 - Domínios do Estado Islâmico



Fonte: CIDADE..., 2015.

As ações do EI no Iraque podem ser analisadas segundo a teoria do *Partisan* de Carl Schmitt. É possível afirmar que o grupo atua como um *partisan* no país, pois luta de maneira irregular contra um exército regular, que no caso é o iraquiano. Uma vez que o combate é travado dentro do próprio Iraque, o EI busca a justiça na inimizade, ou seja, luta em prol da causa sunita, o que para eles justifica o seu objetivo principal, o estabelecimento de um califado. Esta relação de inimizade é o que lhe confere caráter político, conforme as ideias de Schmitt de que o *partisan* age de acordo com objetivos políticos. É importante lembrar que para Schmitt a violência não cessa a política, pois ela é inerente dela. Por isso que a relação amizade-inimizade é inerente do político. Além do mais, o exemplo do EI no Iraque demonstra claramente a característica telúrica de um *partisan*, pois o grupo almeja defender o território iraquiano pelo qual possui uma ligação autóctone.

Isso tudo interfere de maneira concreta a soberania iraquiana, principalmente segundo a definição de soberania interna, que é uma das quatro definições de soberania que Krasner. Soberania interna diz respeito às estruturas de autoridade dentro dos Estados e suas capacidades de regulação efetiva do comportamento. A “aceitação ou legitimação de uma dada estrutura de autoridade é um aspecto soberania interna: o outro é o nível de controle que os funcionários realmente exercem. [...] Entidades políticas internas têm estruturas eficazes, enquanto autoridade legítima bem ordenada” (KRASNER, 2000, tradução nossa²⁵). A soberania no Iraque é afetada na medida em que parte da população não aceita o atual governo xiita, fato que é instigado pelo EI que luta contra o atual governo iraquiano.

Síria

No caso da presença do grupo na Síria, é preciso voltar ao contexto da invasão Americana no Iraque, em 2003. O EI, que na época era ramo da *al-Qaeda* e se chamava Estado Islâmico do Iraque, permaneceu por quase uma década na parte oriental da Síria, local desértico que faz fronteira com o Iraque e que possui diversas tribos sírias. Em meio a Primavera Árabe, em 2011, a Síria foi um dos

25. La aceptación o legitimación de una estructura de autoridad dada es un aspecto de la soberanía interna: el otro es el nivel de control que los funcionarios realmente ejercitan. [...] Las entidades políticas internas bien ordenadas tienen estructuras de autoridad efectivas a la vez que legítimas.

países da região que entrou em guerra civil. Neste contexto, a influência do Islamismo Político se fortaleceu, assim como a de grupos como o EI, que já estava presente no território sírio (DUKHAN; HAWAT, 2014). Quando houve as revoltas na Síria contra o regime Bashar al-Assad, o grupo enviou para o país jihadistas sírios e iraquianos que lutavam no Iraque. Devido a insatisfações contra o Estado sírio, grupos jihadistas permaneceram em regiões tribais de fronteira, como por exemplo, na província de al-Anbar no Iraque, e na região de estepes na Síria. Em 2013, combatentes do EII tomaram a cidade de Raqqa, situada na região que mais possui tribos na Síria. Nesse mesmo período, o grupo fez um vídeo para mostrar a aliança entre eles e mais de 12 tribos de Raqqa. Tal fato incentivou outros líderes dessas tribos sírias a declararem fidelidade ao EII, marcando o início de alianças com várias tribos em todo estepe sírio (DUKHAN; HAWAT, 2014). Estas alianças marcam a presença cada vez mais forte do grupo no território sírio.

A relação de parentesco é o elemento central para uma formação tribal. As ações das tribos são chamadas de ação coletiva, o que significa que cada um é responsável pelo outro (SALZMAN, 2008, apud DUKHAN; HAWAT, 2014). Sendo assim, em situações de ataque ou perda, os membros se unem para se defender, ganhar alguma compensação ou até mesmo se vingar. No caso das tribos sírias, seus membros pegam em armas para lutarem contra o atual violento regime sírio (DUKHAN, 2014, apud DUKHAN; HAWAT, 2014). Este comportamento é chamado de *intiqaam*, que significa vingança por ofensas cometidas contra os próprios parentes. Para eles, é uma honra se vingar do agressor, que no caso são as forças de segurança sírias que são hostis para com estas tribos (DUKHAN; HAWAT, 2014).

As estepes sírias compõem 55% do território sírio, o que é um tamanho significativo. Nelas, onde vivem as tribos citadas acima, nem todas estas compactuam com o EII, uma vez que algumas são leais ao regime sírio. Além do mais, tais alianças – seja com o EII, com o regime sírio ou até mesmo a *al-Nusra*²⁶ – tornaram-se fonte de rivalidade entre essas tribos sírias. Mas, se for fazer um balanço, o EII conquistou mais lealdade entre tribos do que a própria *al-Nusra*, mesmo sendo ideologicamente extremista e não permitindo alianças com tribos moderadas. É importante ressaltar que também houve coalizões entre tais tribos. Assim, o EII reforçou o seu controle so-

26. Filial da *al-Qaeda* na Síria.

cial não só com a coerção direta e a expulsão de tribos que não cooperaram, mas também pela restauração dos serviços públicos e outras manifestações que são inerentes de um Estado. Alguns fatores foram fundamentais para o estabelecimento das alianças entre as tribos e o EII, como por exemplo, benefícios econômicos, proteção, medo de serem vítimas da violência praticada pelo EII ou o fato de possuírem um inimigo comum (DUKHAN; HAWAT, 2014).

Durante governo de Hafez al-Assad²⁷, que foi marcado por populismo, as tribos eram usadas como administradoras indiretas através de nomeações e subsídios (DUKHAN, 2014, apud DUKHAN; HAWAT, 2014). Elas também cooperavam com o governo da época ao verificar a expansão da Irmandade Muçulmana em Hama e os avanços curdos no nordeste sírio. Entretanto, após uma abertura econômica, o Estado deixou de lado essas tribos que vivem em comunidades periféricas (HINNEBUSCH, 2012, apud DUKHAN; HAWAT, 2014).

No governo seguinte, de Bashar al-Assad, as tribos sírias continuaram marginalizadas e empobreceram. Os recursos naturais da região estavam sendo desviados para grandes projetos e favorecendo elites em detrimento da comunidade local. Esta promoveu protesto, que foram fortemente repreendidos pelo governo Bashar al-Assad. Sendo assim, o EII veio como forma de suprir esta lacuna causada pelo recuo do Estado. Isto contribuiu para as alianças com o EII, principalmente após o grupo assumir o controle de reservas de óleo e gás, o que possibilitou o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e saneamento básico e a provisão de serviços (HASSAN, 2014, apud DUKHAN; HAWAT, 2014). Ademais, o grupo dominou grande parte do território sírio, país que faz fronteira com o país de origem do grupo, o Iraque. Além das alianças, o grupo conquistou recursos naturais, uma estratégia eficiente para enfraquecer o inimigo, que é o governo Assad. Até 2014, o grupo dominou 35% do território sírio e passou a controlar 60% do petróleo do país (FAYAD, 2014). O EI também atua como *partisan* na Síria, como pôde ser observado acima e, assim como no Iraque, também afeta a soberania síria de acordo com as ideias de soberania de Krasner. O governo Assad possui dificuldade em controlar o movimento transnacional através de suas fronteiras e baixa capacidade de regulação efetiva do comportamento dentro da Síria.

27. Ele governou a Síria de 1971 a 2000, ano de sua morte. Além do mais, ele é o pai do atual governante sírio Bashar al-Assad.

Conclusão

Ao analisar o EI e a sua expansão territorial no Iraque e na Síria, o artigo apresentou o grupo jihadista wahabita como um *partisan* em ambos os países. Isso porque nos últimos anos passou a conquistar cidades nos dois países e a lutar contra seus governos xiitas. O EI é sunita e se sente ameaçado pelos atuais regimes dos respectivos países. No Iraque, o contexto da invasão norte americana e destituição do governo sunita de Saddam Hussein por um xiita ilegítimo favoreceu a emergência do EI que a princípio era um ramo da *al-Qaeda*. Na Síria, a guerra civil e a insatisfação com governo administrado por uma minoria alauita que marginaliza os sunitas cada vez mais pobres, principalmente pela abertura econômica síria, fortaleceu a ideia de expansão territorial, desafiando a soberania do Iraque e da Síria. Como ator político que almeja instituir um califado, revoga o direito de decretar quem é amigo e quem é inimigo. Primeiro o principal inimigo são os xiitas, que são considerados infiéis, que compactuam com os cruzados – os ocidentais – e objetivam instaurar governos xiitas por todo Oriente Médio, o que justifica um *jihad* ofensivo. No caso dos ocidentais, o *jihad* é defensivo devido à ameaça do secularismo, que é a separação da instituição política da religiosa, o que vai contra a proposta de califado, uma vez que o califa é um líder político religioso e a lei é a Islâmica – Sharia. Além do mais, mesmo que não seja xiita ou ocidental, qualquer um que se oponha aos objetivos dessa nova ordem social é um inimigo do EI.

O que se observa é que a luta política entre os sunitas e xiitas no Oriente Médio inviabiliza qualquer estabilidade política, porque nenhum grupo se sentirá representado enquanto o governante for de outra ideologia. A crença do EI de que os xiitas são infiéis e de que devem ser exterminados elimina qualquer possibilidade de convivência entre os dois grupos em um mesmo espaço. Na Síria, por exemplo, os alauitas querem assegurar o poder mais do que nunca, pois como ramo do xiismo, seriam perseguidos até a morte caso os sunitas assumissem o governo sírio. No Iraque, o EI só vigoraria se extirpasse todos os xiitas e curdos, por exemplo, o que é algo impensável, pois muitos grupos de oposição ao atual governo iraquiano almejava mais espaço para os sunitas, mas não necessariamente o fim dos xiitas e curdos. Tais fatos também mostram que as fronteiras de ambos os países não são respeita-

das e, conseqüentemente, suas soberanias. Além do mais, quanto mais violência o EI pratica, menos legítimo ele se torna, pois alguns segmentos sociais e grupos jihadistas são contra esse radicalismo, como foi o caso da *al-Qaeda* e outros se aliam ao grupo por medo.

Referências

ADNAN, Sinan; REESE, Aaron. **Beyond the Islamic State: Iraq's sunni insurgency**. Washington: Institute for the Study of War, 2014.

AYOOB, Mohammed. **The politics of Islamic reassertion**. Abingdon: Routledge, 2013.

BUNZEL, Cole. **From paper state to caliphate: the ideology of the Islamic State**. Washington, D.C.: Analysis Paper, n. 19, 2015. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2015/03/ideology-of-islamic-state-bunzel/the-ideology-of-the-islamic-state.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2015.

CIDADE iraquiana pode ter exportado comida made in Estado Islâmico. **Folha De São Paulo**, 2015. Disponível em: <<http://orientalissimo.blogfolha.uol.com.br/2015/10/08/cidade-iraquiana-exporta-comida-made-in-estado-islamico/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [S.l.]: EGN, 1832.

DELONG-BAS, Natana J. **Wahhabi Islam: from revival and reform to global jihad**. New York: Oxford University Press, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=797QCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR11&dq=what+is+wahabi+jihad&ots=XFGAxm5IC7&sig=Dq92ZSExZv0VmVrpL9T-0tWl0_f4#v=onepage&q=what%20is%20wahabi%20jihad&f=false>. Acesso em: 17 maio 2017.

DUKHAN, Haian; HAWAT, Sinan. The Islamic State and the Arab tribes in eastern Syria. In:

POIRSON, Timothy; OPRISKO, Robert. **Caliphates and islamic global politics**. Bristol: E-International Relations, 2014, p. 49-56.

FAYAD, Ma'ad. **ISIS in control of 60 percent of Syrian oil: sources**. London: Asharq al-Awsat, 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.aawsat.net/2014/07/article55334174/isis-in-control-of-60-percent-of-syrianoil-sources>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

FUJII, William. O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque. In:

SEMANA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 3, 2015, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/William-Fujii.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

HOURLANI, Albert. **A history of the Arab peoples**. London: Faber and Faber, 2005.

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã: a afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.

KEPEL, Gilles. **Jihad: the trial of political Islam.** Londres: Belknap Press, 2003.

KRASNER, Stephen D. **La soberanía perdurable.** Buenos Aires: Colombia Internacional, 2000.

LAKITSCH, Maximilian. Islamic State, the Arab spring, and the disenchantment with political Islam. In: POIRSON, Timothy; OPRISKO, Robert (Ed.). **Caliphates and Islamic global politics.** Bristol: E-International Relations, 2014, p. 6-15.

LIMA, Deyvison Rodrigues. O conceito do político em Carl Schmitt. **Argumentos: Revista de Filosofia**, Ano 3, n. 5, 2011.

NAPOLEONI, Loretta. **A fenix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio.** Tradução de Milton Chaves de Almeida. [S.l]: Bertrand Brasil, 2013.

NURUZZAMAN, Mohammed. The Islamic State and its viability. In: POIRSON, Timothy;

OPRISKO, Robert (Ed.). **Caliphates and Islamic global politics.** Bristol: E-International Relations, 2014.

O CALIFADO: artigo nº4 – dossiê especial. **Jornalix**, 27 nov. 2015. Disponível em: <<http://jornalix.pt/o-califado/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **Brief History.** [S.l]:

OPEP, 2016. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político/ teoria do partisan.** Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.

SCHMITT, Carl. **The theory of the partisan: a commentary/remark on the concept of the political.** Lansing: Michigan State University, 1962. Disponível em: <<http://users.clas.ufl.edu/burt/spaceshotsairheads/carlschmitttheoryofthepartisan.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SPARR, Adel Elsayed. Legal pluralism and Sharia: implementing islamic law in states and societies In: POIRSON, Timothy; OPRISKO, Robert (Ed.). **Caliphates and Islamic global politics.** Bristol: E-International Relations, 2014.

Recebido em: 09/02/2017

Aprovado em: 17/04/2017